

Os problemas e os caminhos da educação



O Brasil é considerado um país jovem, cuja população ultrapassa pouco mais de cem milhões de habitantes. Dessa população, distribuída em duas áreas distintas — desenvolvida e subdesenvolvida — cerca da metade é analfabeta. Assim, o drama da educação brasileira é complexo, extenso, e começa atingindo o setor mais primário de seus habitantes: a infância. Mas quem escapa de entrar na estatística dos analfabetos, entra para um clube fechado, que dá oportunidade de desenvolvimento na sociedade, cobrando pesados tributos. O maior deles, a falta de preparação durante o período de aprendizado, fato que se reflete na vida profissional do cidadão, que um dia quis e teve oportunidade, de receber a educação estabelecida pelo sistema. Um balanço da educação brasileira, com todas suas contradições, é o que **TRÊS POR QUATRO** se propôs a fazer neste número.

três por quatro

P. ALEGRE, JUNHO/76 — ANO 5 Nº 2 — Cr\$ 2,00

**Vestibular
sem os
cursinhos**

Página 8

**Alunos
dispensam
pós-graduação**

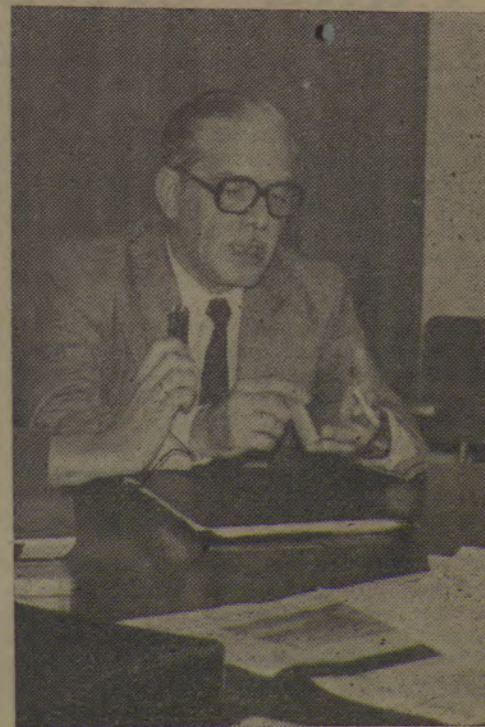
Página 3

**Treinamento de aptidões
integradas excepcional**

Página 6

Guerreiro na história do Jornalismo

O novo diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, que assumiu o cargo no dia 18 de maio, deu uma entrevista coletiva aos alunos do sétimo semestre do Jornalismo, revelando pela primeira vez seus planos para o curso. Fernando José Pinto Guerreiro discutiu sua nomeação, a escola, situação de alunos e professores, mostrando disposição de dinamizar o curso. Tanto ele, como os alunos, têm consciência da precariedade do curso. Mas o diretor rebateu, com firmeza, uma notícia que de vez em quando circula nos meios universitários: "a extinção do curso de jornalismo seria o mais completo dos absurdos". (Página central)



Ensino falho gera a procura de estágios

Só o ensino não é suficiente para preparar adequadamente os atuais universitários para a sua futura profissão, nos mais diversos setores de atividade profissional. Justamente por isto, a UFRGS mantém um setor especializado, com o fim de encaminhar estudantes em estágios especializados nos setores específicos de cada um. A partir deste estágio, o estudante aumenta suas condições e desenvolve com maior facilidade as suas aptidões, diminuindo as dificuldades de seu encaminhamento na atividade profissional.

Existe dentro da UFRGS, o DARE — Departamento de Assistência e Representação Estudantil — localizado no prédio do DCE, na avenida João Pessoa, e ele é o órgão encarregado de orientar e encaminhar os estudantes no estágio profissional. Assim, o estágio divide-se em três tipos:

O primeiro é a **bolsa-trabalho**, concedida aos estudantes por carência sócio-econômica. Eles poderão se inscrever no DARE, submeter-se a uma triagem sócio-econômica e, se ficar comprovado que não possuem as condições financeiras suficientes para manter-se no curso que frequentam, serão encaminhados para estágio profissional em uma empresa, que respeite seus horários de estudo. A inscrição dos alunos é a partir de novembro e, normalmente, eles começam a ser chamados em março ou abril. Atualmente, a UFRGS tem aproximadamente 250 alunos estagiando em **bolsa-trabalho**, dentro dos padrões estabelecidos: 1 hora semanal de trabalho: Cr\$ 300, 15 horas semanais: Cr\$ 460,00 e 20 horas semanais: Cr\$ 600,00.

O segundo tipo de estágio é a **bolsa-estágio**, realizada dentro da Universidade. Esta modalidade é concedida ao estudante habilitado a determinado trabalho e realizada dentro dos diversos departamentos da Universidade.

Assim, o aluno prossegue normalmente no seu curso e realiza um trabalho dentro da Universidade, em um departamento específico. Segundo informações do DARE, este ano não foram admitidos novos estagiários mas apenas renovados os estágios do ano passado ou substituídos os que saíram. O modo de funcionamento deste tipo de estágio é o seguinte: São feitas solicitações pelos órgãos através de pesquisas de mercado. Depois, os cursos são consultados sobre possibilidade de aproveitamento dos alunos, onde se verifica a aptidão necessária e trabalho desenvolvido. Para este estágio o período de trabalho é de 20 horas semanais e as faixas de remuneração são diferentes: para alunos com menos de 100 créditos: Cr\$ 530,00 e para alunos com mais de 100 créditos: Cr\$ 600,00. As escolas técnicas que também estão abrangidas por este tipo de estágio encaminham alunos com um salário de Cr\$ 420,00 mensais pelo mesmo número de horas de trabalho.

O terceiro tipo de estágio é a **bolsa-estágio** realizada fora da Universidade. Através dela, os alunos fazem uma inscrição (preenchimento de ficha, explicando aptidões) e aguardam o chamamento (os primeiros meses do ano são mais fáceis) para trabalharem em empresas fora da Universidade. A remuneração destes estudantes é feita através de verba destinada pelo MEC — Cr\$ 120,00 — e mais a quantia paga pela empresa — o mínimo permitido é Cr\$ 600,00. Assim, no mínimo, o estudante recebe Cr\$ 720,00 mensais, o que é mais freqüente nas áreas ligadas a Saúde, uma vez que são admitidos mais de uma dezena de estudantes por empresa, visando a permitir a um maior número possível a experiência procurada, conforme explica o DARE. Atualmente 230 alunos estão estagiando desta forma.

Promessas do curso profissionalizante

O ensino de segundo grau passou por mudanças bastante significativas. Antes da reforma o sistema de ensino era caracterizado por diversos etapas. A iniciação escolar acontecia aos sete anos com a etapa primária. Após esta etapa de cinco anos o aluno se habilitava para a segunda etapa que prosseguia por mais quatro anos.

Atualmente, com a reforma implantada pelo Conselho Federal de Educação, criou-se a nível de segundo grau, com habilitação técnica, algumas especializações profissionais. A introdução destes cursos profissionalizantes, dentro do currículo escolar, tem como base dois objetivos. O primeiro seria o de oferecer ao estudante que não tem possibilidade de ingressar em uma faculdade, a oportunidade de concluir o segundo grau, com uma especialização técnica que vai lhe permitir obter um trabalho de melhor remuneração. O segundo objetivo base seria o de diminuir o número de alunos que tentam o ingresso em uma faculdade para permitir melhorar seu nível de vida. Com a introdução destes cursos, pensou-se diminuir o número de excedentes que tem aumentado a cada vestibular. Isto tem sido infrutífero, pois o estudante incentivado com seu curso de especialização, procura no curso superior afim, o complemento para sua formação.

A lista de habilitações deve ser considerada como aberta, embora atualmente possam ser alistados 130 cur-

sos diferentes, que são oferecidos de acordo com as possibilidades técnicas e financeiras das diversas escolas de grau médio.

Entre estas habilitações profissionais existem aquelas que dão ao estudante formado uma verdadeira possibilidade de realização num mercado de trabalho amplo. Em contraste com isto, e não raro, acontece que alunos que tenham obtido seu diploma em determinadas especializações, vejam suas esperanças truncadas, uma vez que se tem verificado que vários cursos de nível médio tem invadido cursos de nível superior.

Um exemplo típico disto é a especialização de redator auxiliar ministrada em várias escolas. Acontece que a lei que regulamenta a profissão de jornalista específica que esta função só pode ser exercida por profissional graduado em jornalismo. Foi entregue ao ministro Nei Braga, da Educação, a resolução aprovada na X Conferência Nacional de Jornalistas, realizada em Porto Alegre entre 18 e 21 de junho, que propõe a revogação do Parecer 45/72, de 12 de janeiro de 1972, do Conselho Federal de Educação, no que diz respeito a habilitação profissional, a nível técnico de segundo grau, do redator auxiliar. Assim como este, vários outros estão enfrentando as mesmas dificuldades o que merece por parte da autoridade competente, uma reestruturação que virá em benefício de todos.

A crise do ensino importado

Os sistemas escolares contemporâneos, que deveriam ter por função educar, perderem-se na complexidade, parecendo freqüentemente um resumo eclético de teorias educativas incompatíveis, com traços do intelectualismo ocidental e da educação liberal greco-romana. Isso demonstra que a educação atravessa uma grave crise. Ela sempre foi ruim, mas acabou cansando o mundo por sua tradicional incompetência.

Bem mais grave é a situação na América Latina. A falta de uma tradição educacional e a conseqüente adoção de sistemas educacionais importados, que não correspondem à realidade de países em desenvolvimento, aprofundam a crise. Como conseqüência, o que se vê, é um descontentamento crescente por parte dos estudantes; currículos inadequados que levam à deserção das escolas; engrenagem que exclui os menos privilegiados economicamente, mesmo nos sistemas escolares gratuitos ou quase gratuitos; a própria estrutura do sistema, que auto-

gera uma procura crescente enquanto o preço unitário da educação vem subindo de forma anormal, coloca os países em crise.

De tudo isso surge uma nova perspectiva aos latinoamericanos: a luta que teve início nessa última década para assumir-se uma identidade cultural, isto é, tornar-se consciente o absurdo de se importar métodos educacionais empregados frutificamente apenas em países avançados tecnologicamente. Há a necessidade de descentralizar o sistema que leva o indivíduo ao ensino universitário, quando sabe-se que nos países em desenvolvimento a industrialização é ativa e o ensino técnico — que vive relegado — indispensável.

Para os anti-sistemáticos, a solução seria abolir todo e qualquer sistema — deixar a educação livre. A realidade, porém, demonstra que a escola participa da engrenagem do sistema social, político e econômico vigente. Não foi criada para provocar mudanças nas estruturas sociais mas para assegurar a ordem estabelecida.

Falta orientação rural

O êxodo rural é uma realidade que começa a preocupar as autoridades. Uma das razões, além da atração exercida pela cidade grande, é a falta de apego à terra, aliada a falta de perspectiva que só o estudo poderia dar. O homem do campo precisa se conscientizar que ele não produz somente para que o homem da cidade consuma. E esta conscientização só pode ser feita através da escola, nos primeiros anos de ensino. Mas, então, surge outro problema: o ensino do meio rural não é voltado para esta realidade.

A escola rural geralmente tem o mesmo currículo de qualquer outra escola da cidade, agora é que a SEC (Secretaria de Educação e Cultura) tem um grupo para adaptar o currículo escolar às necessidades do meio. Mas enquanto isto é feito em pequena escala, a criança continua abandonando a escola, em busca de melhor aprendizagem. No interior é muito comum a expressão: "escola é só para aprender a ler, o resto é em casa mesmo".

Além disso, a escola geralmente está localizada a alguns quilômetros de distância. Todo o dia é preciso caminhar bastante para chegar na aula e ouvir a professora falar de coisas que não lhe dizem respeito. Então, vem a desistência.

Escolas agrícolas existem poucas. Há alguns anos, o governo do Estado criou um programa es-

pecial — o Centro Rural de Ensino Supletivo (CRES) — que tinha como objetivo instalar 19 escolas e funcionar como ensino supletivo rural, isto é, seriam aulas, num período de três anos, para maiores de 15 anos, que depois poderiam prestar exames de primeiro grau. Mas dos 19 postos pretendidos, só um, em Encruzilhada do Sul, está em funcionamento. Em Santa Rosa, o prédio para a escola está pronto há mais de sete anos e a promessa é que este ano comece a funcionar.

Também para diminuir as deficiências do ensino normal, a SEC criou a Unidade Móvel de Iniciação para o Trabalho (UMIT). São 44 caminhões que passam alguns meses em escolas rurais ensinando técnicas agrícolas, domésticas e industriais.

Para provar a importância da educação no meio rural, Nollari Liberato, em seu curso de pós-graduação em sociologia rural na IEPE (Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas) defenderá a tese, no final deste ano, de como a educação do filho influencia o pai.

Nollari Liberato, atual diretor do CRES de Santa Rosa, chegou a conclusão que o filho com um bom nível de escolaridade é quem influencia o pai agricultor a mecanizar a lavoura. Mas, para melhorar a produtividade, o pai acredita é no técnico, pois o filho, ou sabe pouco da terra ou nem isso.

EXPEDIENTE

três por quatro

ANO 5 — JUNHO DE 1976 — Nº 2

Órgão dos alunos do Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Jacinto Gomes, 540 — 3º andar — Porto Alegre — RS — Brasil.

Trabalham nesta edição: Beatriz Micheletto da Rosa, Maria Isabel Quintana, Paulo Burd, Mônica Schmidt, Agnese Schifino, Amauri Mari de Mello, Flávio Porcello, Wallace Race Lehman, Bernadete Duarte, Christina Brentano, Cleusa Marques da Silva, Cynthia Peter, Dante Efrom, Elaine Lerner, Lilian Dreyer, Mara Sandra Bernardes, Marcela de Baumont, Marco Antonio Schuster, Maria Inês Duarte, Otília Goulart, Renilda de Castro, Roberto d'Azevedo, Sérgio Lotufo, Sílvia Costa, Higinio Barros e Jane Gershenson

Responsabilidade editorial: Departamento de Comunicação da UFRGS

Impresso nas oficinas da Gráfica da UFRGS, Rua Jacinto Gomes, 540 — Porto Alegre — RS — Brasil

Pós-Graduação: Só um título a mais?

Até agora, os cursos de pós-graduação têm sido ignorados pela maioria dos estudantes universitários. Normalmente, finda a faculdade, o cidadão arranja um bom emprego, aprende com a prática, não sentindo falta de um conhecimento mais profundo. Em parte, esses cursos de aperfeiçoamento estão tomando um novo impulso, devido às deficiências da graduação. Muitas vezes, o aluno sai da faculdade sem ter adquirido os conhecimentos que almejava e, em vista disso, parte para a pós-graduação. Por outro lado, o governo brasileiro pretende criar "condições internas favoráveis", para formar profissionais competentes, sem ter de recorrer a países estrangeiros, através de bolsas, convênios, etc. — que são métodos caros e

que nem sempre correspondem às necessidades de trabalho do país.

Atualmente, há planos para incentivar essa procura. A UFRGS não tem um plano próprio, mas está vinculada a planos nacionais, como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior) e a COCEP (Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa) — que dão "bolsas de estudo" aos alunos e "auxílios" aos cursos. Além disso, segundo o depoimento do professor Sylvio Torres (Vice-presidente da 5.ª Câmara de pós-graduação, a filosofia mudou. Hoje, os cursos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) conferem ao cidadão não apenas um título, mas sobretudo "uma maior faci-

lidade para obter uma vaga no mercado de trabalho". Ele cita, como exemplos, as instituições do governo, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), empresas ligadas ao setor de pesquisas e ao ensino e algumas empresas particulares, como as indústrias farmacêuticas, químicas, etc. Em relação ao magistério, complementa o professor Irajá Damiani Pinto (Presidente da 5.ª Câmara de pós-graduação), há uma preocupação "tanto do Estado como do Governo Federal (e da própria UFRGS) de incentivar os professores, através de melhores posições e, conseqüentemente, de melhores salários. Assim, quem quer ser professor-assistente, de agora em diante, vai precisar de títulos: se é mestre ganha uma por-

centagem a mais, se é doutor ganha uma outra porcentagem além daquela". Diz ele ainda que, para ingressar em qualquer curso de pós-graduação da UFRGS, o candidato deve se submeter a um teste, entrevista ou apresentar seu "curriculum vitae". Isso depende da Faculdade e do número de vagas. Para ajudar o candidato que vem do interior do estado, a Universidade introduziu cursos de nivelamento. Desta maneira, ele poderá cursar cadeiras isoladas de graduação, a fim de se igualar tanto quanto possível ao nível da turma.

A pesquisa, a seguir, registra os cursos de pós-graduação que a UFRGS oferece e o número de matriculados em 1974 e 1975:

A DIFÍCIL BATALHA

Com a proliferação de Faculdades em Porto Alegre e no interior do Estado e o surgimento de novos cursos, nos últimos anos, teve início uma batalha longa e difícil: o processo de reconhecimento de cursos.

O aluno universitário, já obrigado a aceitar as deficiências normais de cursos novos, como a falta de professores, o não-oferecimento de algumas disciplinas fundamentais e outras irregularidades, ainda corre o risco de, ao final do curso, não ter o seu diploma reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura.

Mas não são apenas as novas Faculdades que enfrentam este problema. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul existem dois cursos não-reconhecidos: o de licenciatura em arte dramática e o de direção teatral.

"É duro para o aluno, diz Er Carneiro de Macedo, secre-

tário do Instituto de Artes da UFRGS, pois o mercado de trabalho já é reduzidíssimo. O que sobra para eles? Para pedir o reconhecimento ao Conselho Federal de Educação é preciso que o curso seja lecionado por professores formados, o que era impossível no caso do Departamento de Arte Dramática. Entretanto, agora, parece que já começa a haver um corpo de professores e o Departamento já está providenciando na montagem do processo que será enviado ao Conselho.

Muitos dos cursos novos já estão em processo de reconhecimento, mas o caminho é longo e há uma série de exigências:

Há pouco tivemos o reconhecimento de dois cursos — o de licenciatura em música e desenho plástico — que levou 10 anos para ser concluído», confessa Er Carneiro de Macedo.

Cursos de pós-graduação da UFRGS	Nº de matrículas	
	1974	1975
Planejamento Urbano e Regional ...	15	23
Engenharia Civil	12	22
Física	35	45
Geociências	46	47
Hidrologia Aplicada	13	07
Administração	29	60
Agronomia	61	69
Sociologia Rural	13	09
Economia Rural	26	17
Economia	11	15
Fisiologia Animal	35	12
Parasitologia e Doenças Parasitárias (Veterinária)	07	08
Odontologia Social	08	07
Bioquímica	07	12
Genética	33	26
Farmácia (Análise Síntese e Controle de Medicamentos)	38	39
Pneumologia	26	26
Nefrologia	20	20
Gastroenterologia	17	16
Botânica	27	11
Educação	140	144
Letras	39	56
Patologia Clínica Médica (Veterinária)	—	10
Computação	36	44
Metalurgia	33	40
TOTAL	727	785

FONTE: Formulários do Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC.

Uma editora que trabalha em função da cultura e do ensino

Com um parque gráfico ocupando uma área construída de 40 mil metros quadrados, as empresas Bloch absorvem uma mão-de-obra de três mil e 600 funcionários em todo o Brasil, em suas oito sucursais brasileiras (nove com a sede no Rio) e mais cinco sucursais no exterior. Tudo isso diz respeito à contribuição maior que se poderia ter em termos de informação, nos aspectos educacionais gerais e na formação de uma cultura integral, não só através da publicação de periódicos, como também em suas revistas dirigidas e no setor especializado que se chama Bloch Educação.

Até chegar às mãos de um leitor cada vez mais exigente e que merece receber publicações cada vez melhores, a revista percorre um longo caminho desde o repórter e o fotógrafo, até o distribuidor e jornalista, com essa tarefa mobilizando milhares de pessoas.

Segundo informações de Edgard Wallau, diretor da sucursal da Editora Bloch no Rio Grande do Sul, "o Estado atualmente se encontra em terceiro lugar no nível de leitura, sendo somente precedido por São Paulo e Rio de Janeiro e seguido por Minas Gerais. A Editora publica 24 revistas gerais, sendo que as antigas publicações em fascículos estão sendo transformadas em volumes para facilitar ao leitor a não perder a continuidade das publicações". A revista Manchete, se-

gundo Wallau, "é o maior veículo didático em termos de pesquisa e está, atualmente, colocada dentre as seis maiores revistas do mundo, com uma média de um milhão e 230 mil leitores em nível nacional", tendo cerca de 350 assinaturas no Brasil e 560 no exterior, sendo uma das poucas revistas que apresenta 70% de cores com tintas produzidas no próprio parque gráfico da editora".

Muito tem sido feito também no aspecto educacional, com o surgimento da "Bloch Educação". Neste sentido, a Editora vendeu ao INL (Instituto Nacional do Livro) cerca de um milhão e 600 mil livros de 1.ª a 5.ª série do 1º grau. Além disso, hoje a "Bloch Educação é uma das principais fornecedoras de livros didáticos ao Ministério da Educação e Cultura", como atesta o prof. Arnaldo Niskier, Diretor do Departamento de Jornalismo das Empresas Bloch, "onde, em pouco mais de três anos de trabalho, foram produzidas obras didáticas da melhor qualidade (em conteúdo e feição gráfica)". Diz ele que, até outubro do ano passado, forneceram cerca de um milhão e 600 mil livros didáticos ao MEC.

DISTRIBUIÇÃO

Destas publicações, o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa é o que tem maior procura, alcançando uma vendagem de 1800 dicionários por

A leitura continua sendo um dos mais poderosos veículos de transmissão de cultura já criados no mundo. Embora ainda seja pequena a camada da população que adquiriu o hábito da leitura, existe uma editora que trabalha para ampliar essa faixa, levando cultura e ensino a cerca de 15 milhões de seus leitores em média nacional.

Só em Porto Alegre, foram vendidos 210 no último mês. Outra publicação que lhe segue é a *Geográfica Universal*, publicação mensal de 85 mil exemplares por mês ao preço de apenas Cr\$ 10,00 o número. Outras revistas dirigidas são: a *Medicina de Hoje*, *Agricultura de Hoje*, *Tendência* e, no mês de maio, o lançamento de *A Engenharia de Hoje*, uma publicação destinada à área da construção civil.

As revistas de caráter geral são distribuídas nas bancas, com um perfeito processo, cuja efetivação se dá no prazo de 24 horas, a partir do lançamento no Rio de Janeiro. Outra forma de venda são as assinaturas anuais que, no caso, atrasam um pouco mais a entrega que é feita nas bancas.

O Brasil tem 1200 pontos de venda de livros, dos quais só 600 são livrarias. O país, em 1973, editou 162 milhões de livros e folhetos, dos quais 85 milhões foram livros técnicos e didáticos. Já agora se amplia essa faixa com a entrada em cena dos 20 mil pontos de venda representados pelas bancas de jornais e pela implantação de um moderno sistema de distribuição. Eis por que a publicação periódica assume a importância vital para a aprendizagem, educação e cultura que só podem ser beneficiados com a produção gradativa de melhores revistas como tem sido feito pela Editora Bloch. Ela se sente responsável por isso.

GUERREIRO, O DIRETOR

Fala de seus planos para o Jornalismo



Apresentação

«Meu nome é Fernando José Pinto Guerreiro. Nasci em Porto Alegre, onde praticamente sempre vivi. Só saí duas vezes. A primeira para trabalhar no interior do Estado na organização de municípios novos. A segunda quando estive morando no Rio de Janeiro e em Brasília, como assessor de imprensa do Ministério de Educação.

Tenho minha formação profissional feita pela PUC porque na época havia um problema. Eu já era funcionário da Universidade e havia uma legislação que impedia que o funcionário cursasse a faculdade na mesma universidade onde ele trabalhava.

Meu início profissional ocorreu por volta de 1946-47, na antiga *Revista do Globo*. Acho até que a maioria dos jornalistas com a minha idade, em Porto Alegre, passaram por lá. E comecei mais na área de publicidade, não só pela necessidade surgida naquele setor, mas também pela necessidade de ganhar mais. Mais tarde passei a redigir também.

Fui correspondente do *Diário Carioca* em Porto Alegre durante um bom tempo. Depois, do *Diário de Notícias*, do Rio também. Fiz serviços avulsos para a Caldas Júnior. Estive aproximadamente três anos no *Jornal do Dia*. Organizei a sucursal do *Globo*, do Rio de Janeiro. A partir daí, quando deixei o *Globo*, passei a trabalhar para revistas técnicas, como correspondente ou como representante. Era um trabalho amplo, incluía basicamente toda a cobertura da área do Rio Grande do Sul, não só no sentido de redação mas também de fiscalização, orientação, supervisão da área de publicidade. Até hoje ainda trabalho para algumas publicações deste tipo.

Sou funcionário da Universidade desde 1957, ocupando o cargo de auxiliar para jornalismo inicialmente. Mais tarde, em 1962, quando eu estava morando em Brasília, o DASP abriu concurso para regularizar a situação do pessoal da Agência Nacional, que não tinha concurso público mas eram contratados. O concurso era público, me inscrevi e fui classificado. Como já era funcionário federal na Universidade, pedi a homologação deste concurso para o cargo que eu já ocupava. Assim eu não precisaria tomar o lugar de ninguém na Agência Nacional.

Atuei como assessor de imprensa de 1959 a 64. Então, passei a trabalhar na Faculdade de Medicina, também numa função de assessoramento de imprensa. E dado ao relacionamento que fiz na Faculdade de Medicina, até hoje estou lá como funcionário. Inúmeras vezes tentei entrar para o quadro de professores da Universidade, mas sempre havia aquelas impossibilidades legais. Até que abriu um concurso público. Aí consegui o ingresso. Até acho que o concurso é a maneira mais bonita de ganhar um lugar, sem brigar com ninguém.»

3x4: Professor, os alunos souberam de sua nomeação dia 15 de abril, quinta-feira santa, através dos jornais. E o senhor, quando ficou sabendo que tinha sido escolhido?

FG: Eu soube dia 14 à noite, quando um amigo do *Correio do Povo* telefonou lá para casa dizendo que havia recebido um telegrama com a notícia.

3x4: E quando o senhor soube que seria ou estava incluído na lista sêxtupla que seria enviada a Brasília?

FG: Eu só soube depois da lista ter sido feita aqui na Faculdade. Inicialmente não me agradou muito, porque sei a responsabilidade de um cargo desses. Mas como poderia dizer não aos professores que haviam me escolhido? Então aceitei entrar na lista. Até firmei um documento que fazia parte da burocracia.

3x4: E o senhor esperava ser o escolhido?

FG: Meu nome era o quarto ou o quinto da lista. Eu nunca esperava que fosse sair de diretor.

3x4: Vinte dias depois de estar nomeado, o senhor já tem planos para modificar alguma coisa aqui na Faculdade?

FG: Modificar alguma coisa, uma estrutura já existente, é muito difícil. O que se pode e deve fazer é aperfeiçoar e atualizar esta estrutura. A minha opinião, que já manifestei muitas vezes em aula até, é de que existe uma série de coisas aqui na Faculdade que devem ser mexidas, devem ser movimentadas, reestruturadas, atualizadas. A faculdade deve ter uma dinâmica mais efetiva.

3x4: O senhor poderia explicar melhor?

FG: No momento em que o Governo Federal, por exemplo, considera a Medicina e a Engenharia, junto com outras áreas afins como prioridades ele esqueceu de incluir o Jornalismo. E a Biblioteconomia também. Eles são o suporte básico e necessário ao desenvolvimento das outras. Não pode haver uma dissociação. É necessário um acompanhamento, pois isso constitui uma infra-estrutura permanente para o País.

3x4: Mais especificamente, o senhor poderia citar alguns dos problemas que pretende solucionar aqui na Faculdade?

FG: Um passo grande foi dado este ano, ao conseguirmos fazer o jornal 3x4 mais seguidamente. Acho que existe a necessidade, por exemplo, de se realizar um simpósio com os professores, para efeito de uma unificação no currículo. Eu sinto este problema em algumas disciplinas que leciono. A gente, em aula, não sabe o que o outro professor está dando. Tem-se apenas uma súmula da disciplina. Isso dificulta o desenvolvimento de um trabalho conjunto. Vai haver necessidade de fazermos reuniões permanentes, basicamente neste sentido de currículo.

Disposição física

3x4: A disposição física da Faculdade, as salas com menos cadeiras do que alunos, com móveis amontoados e muito pó. Esse Jornalismo que saiu de dentro da Filosofia para se juntar à Biblioteconomia, não desprestigia a Faculdade?

FG: Eu acho que o Jornalismo não veio para dentro da Faculdade de Biblioteconomia. No tempo da Fi-

losofia, o Jornalismo era um filho mal visto. Não mudou a situação.

3x4: O senhor acha que esta condição é imutável?

FG: Eu ainda não posso falar em plano definitivo porque realmente não sei as condições que vou encontrar. Mas é meu pensamento, e eu acredito que é uma condição existente, falar no campus que a Universidade está construindo. Mas o atendimento atual não pode simplesmente ser abandonado. Afinal de contas, aqui estão mais de 300 alunos de Jornalismo e duzentos e poucos de Biblioteconomia. São 500 alunos que representam uma parcela importante na coletividade estudantil no ensino superior, não pode ser abandonado assim no mais.

3x4: Talvez pela imagem de «filho mal visto», desde os tempos da Filosofia, se fale tão seguidamente em fechar o Jornalismo.

FG: Eu não posso dizer que seja filho mal visto. Foi um curso tido sempre como improvisador, que se arranja sozinho. Não é um filho mal visto, porque eu não posso aceitar que a Universidade vá criar um curso para torná-lo mal visto. Ninguém faz o filho para ter um filho mal visto. Todo mundo tem o filho porque quis ter, porque tem condições e acha que ele é necessário.

3x4: Dona Zenaira sempre ouviu queixas por ser, supostamente, uma diretora muito mais preocupada com a Biblioteconomia. O senhor será um diretor de Jornalismo?

FG: Eu não posso dissociar uma área da outra. Eu acho que as duas, num certo sentido, tem uma interligação. A Biblioteconomia é um suporte informativo para qualquer área de atividade humana. Acho também que, nesse plano de valorização de área formado pelo governo, a biblioteconomia tem até mais importância na função que deram. Fundamentalmente, nenhum dos dois deve ser abandonado. Ambos devem receber melhoramentos. Dar condições e cada vez melhores. A Medicina, a Farmácia e a Odontologia, entre outras, saíram de prédios em condições precárias e atualmente estão bem instaladas. Por isso é que acredito que nossa escola também deve dar todas as condições materiais e de professores a seus alunos.

Brigar na Reitoria

3x4: O departamento de comunicação já tem poucos professores e agora, sua nomeação trará novas deficiências. Que solução o senhor acha que poderia ser encontrada?

FG: Nesse semestre já tivemos a contratação do professor Telmo e da professora Zélia, acho que foi um passo muito grande. Mesmo sendo em substituição a duas professoras que se demitiram no ano passado, nós temos que continuamente pleitear. Por exemplo, o professor Ernesto não foi substituído. Temos que considerar também os professores que estão trabalhando em outros setores de administração Universitária. Temos que brigar junto à Reitoria para conseguir recursos e trazer os professores necessários. O ideal seria que pudéssemos ter sempre um ou dois professores «free-lancer», para atuar em qualquer área dentro do Jornalismo. Isso já não ocorre na Biblioteconomia onde cada disciplina já está devidamente distribuída e preenchida. Isso será uma das minhas maiores preocupações.

3x4: O senhor é da corrente que acredita ser excessivo o número de alunos de Jornalismo?

FG: Eu acho que so mas acho que não mística criada. A razão número de veículos atualmente. A área de jornalista, entretanto, está fugindo do jornalismo ou da televisão, inclusive, na empresa vai continuar cada vez por exemplo, luto por de vagas mas pelas sentadas. Não se podem de 60 alunos em plinas. Ninguém aprende mais inteligente que melhor que seja o profissional é só aqui, já imagina de medicina tendo um paciente apenas? prende nada e o morrer.

3x4: O senhor entende ser de responsabilidade o estágio profissional nos. Deveria haver entre as empresas e

FG: Eu acho que seria a Faculdade e para Eu pretendo pleitear se vou conseguir depende da Faculdade muito mais das empresas aceitarem.

3x4: Mas essa espécie vantajosa para a em

FG: Para elas, em todos, os estagiários são vantajosos porque alugar pessoal novo, é obra bastante barata. meio superintendente de Integração entre Empresa, do Instituto de Estudos em 1969-1970. Percebi de que ocasião, estudos em áreas eram os dos por aquelas empresas só porque as empresas uma mão de obra qualificada por um preço cito um exemplo. Na área de medicina, eu recebia 50 pagantes. Na área de medicina eu não recebia um. Na medicina eu não tinha um. zer, naquelas onde a alta era muito mais cara, um profissionais fazia se o interesse que eu achava e distorção total do estágio não é para isso. Para uma formação mais profissional. E não o p presas tirarem frutos do princípio básico deles é de estudante, uma formação tiva, para que não morrer sair da escola, tenha lic de trabalho aberto. zanzando, como aconteceu sujeito sai de uma Fica nica dessas. E todo anad nal que sai é uma por as emprego. E os pedid «quero um engenheiro quatro anos de experiência como é que um sujeito Faculdade, que custou um preço fabuloso, valdo, porque não tem Depois de formado vir mais difícil para ele experiência, do que se dentro da escola, professor. Eu acho que ção se transfere nas ções para a área de J

Pensando currículo

3x4: E o currículo de O que o senhor acha?

FG: Eu venho pensando há tempos e acho apenas uma iniciativa de uma vez se falou em

na possibilidade de haver um mudança curricular, para prender os alunos à Faculdade. Havia uma evasão, e acho o seguinte — embora não tenha dados que me permitam chegar a essa conclusão — muita gente vai fazer o estágio já no terceiro semestre, sem condição nenhuma. Sem condições de aproveitar aquele estágio, tecnicamente, vamos dizer. Para sua formação profissional, vai aproveitar num certo sentido, já que está trabalhando. Mas não será o mesmo aproveitamento de um aluno de um semestre mais adiantado. Se conhecer muito mais teoria aplicada à prática, ele vai melhorar sua condição efetiva de trabalho. Aquele que não conhece a teoria e vai praticar, se perde muito. E acontece às vezes: muitos, depois de estágio em jornal, não se dirigem mais. Ficam zanzando por aí.

3x4: Essa fuga dos alunos da escola, além de outras causas, não seria o problema do bar, que os alunos sempre falam...

FG: Não, não só pelo problema do bar. O problema do bar precisa ser resolvido, precisa ser estudado. Não é possível que tenha apenas um trailer, que só funcione à noite.

3x4: Um prédio de cinco andares que não tem um bar...

FG: Tem pessoas que vivem aqui dentro, diariamente, que não têm condições de se alimentar.

3x4: O senhor conhece alguma faculdade que não tenha bar?

FG: Não conheço.

3x4: O senhor acha que o diretório deveria patrocinar cursos, coisas assim...

FG: Fiz parte da Comissão de Extensão, ainda faço, vou largar agora e uma das últimas coisas que fiz, efetivamente, foi pedir o seguinte. A única faculdade que tem um diretório marcante dentro da Universidade, na área extra-curricular, é a Faculdade de Direito. Ele não deixa de realizar menos de quatro ou cinco cursos por ano. Então ele já tem recursos próprios, que permitem, por exemplo, convidar determinado professor, determinado especialista, de qualquer lugar, trazer aqui, com a cobertura das taxas de inscrição, etc. etc. Se não dá, eles têm fundo para cobrir a diferença das despesas. Eu pedi ao diretório de lá, um relatório e uma apreciação crítica de como eles conseguiram atingir essa posição. Quer dizer, já pedi isso, para trazer para o diretório daqui. Eu acho que nossa faculdade está muito parada nisso. E é uma área que nós precisamos saber o que está ocorrendo fora, noutros lugares, com muito mais necessidades do que qualquer outra. Nós não possuímos revistas técnicas, como a Medicina possui. E quase todas as áreas dispõem dessas revistas. Nossa área não tem esse tipo de informação científica, básica. Então nós temos que buscar. Não vejo outra saída. Acho que temos necessidade de orgainzar um esquema. Se não houver recursos para o diretório, vamos ver se a gente consegue com empresas privadas. É um plano meu, para fazer um fundo. Para a direção da Faculdade e o diretório realizarem cursos.

Sair da inércia

3x4: O senhor acha que vai ter facilidade, dentro da estrutura que a Universidade propôs para o Jornalismo, de realizar isso?

FG: Acho que não vai haver dificuldades. Mas depois que sairmos da inércia, acho que tudo fica mais fácil. Eu tenho essa impressão. Preciso, naturalmente, contar com o pessoal do diretório, aí um detalhe. Vai ser necessário contar com os estudantes para isso. Isso é elemento para que se possa desenvolver qualquer programa. Houve isso na Faculdade de Direito. Nessa área, há concordância de pensamento dos alunos com a direção, podendo até haver divergências em outras áreas. Mas essa identidade sempre houve nesse sentido.

3x4: Mas o senhor vai ter que convencer os alunos, e a dificuldade básica está aí, de que se pretende realmente fazer uma mudança. Porque o que tem caracterizado o jor-

nalismo, é que, anualmente, se acena com a possibilidade de algo novo. Ao mesmo tempo que se acena com a morte do curso. Fala-se ao mesmo tempo que o curso será passado para a PUC...

FG: Isso é bobagem, é ridículo. Isso é indecente. É até desonesto quem está dizendo isso. A universidade vai passar 200, 300 alunos para a PUC? Pagando a PUC, quando para ela o curso sai mais barato? E lhe traz prestígio, lhe traz condições e tudo? Será que a universidade é tão... tem um organismo dirigente tão mal esclarecido, que vai chegar a esse ponto? Não acredito. Eu nunca vi no Brasil uma universidade fechar um curso, até hoje.

3x4: E há professores que queiram vir para o curso? Porque a idéia que se tem, é que jornalismo só dá incomodação.

FG: Eu nunca senti isso. Entre os meus colegas, todos mostram-se interessados em serem professores de jornalismo. E agora a situação vai melhorar, com a reclassificação do salário dos professores, que é um assunto que se discute desde 1968.

3x4: Essa questão de recursos. A faculdade tem se caracterizado por uma certa omissão junto a Reitoria...

FG: Não é verdade...
3x4: O senhor acredita a que sua escolha, já que era o quinto nome da lista? Basicamente, seu currículo dentro da Universidade teria influido?

FG: Eu não posso dizer, porque desconheço totalmente a mecânica hoje, da escolha de diretores. Eu só posso citar um outro caso, pois esse eu fui protagonista. O professor Ivo Cunha, da Faculdade de Medicina. Havia dificuldades de elementos, de nomes para colocar na lista. E lá é diferente do sistema daqui. Antes deles apresentarem os nomes para votação da congregação, eles querem saber se o sujeito deve aceitar ou não. E eu, como assessor da direção, fui encarregado de conversar o professor Ivo para ele aceitar, pois não tinha mais ninguém que aceitasse. Ele entrou em quarto lugar, mas vai ser ele. Depois encontrei-o e ele disse: «mas o que você me arrumou rapaz?» Eu disse que não tinha feito nada, só apresentei o nome dele. Mas que critérios eles usam? Isso eu posso saber?

Amigo do Falcão

3x4: O senhor não tem uma idéia de como foi escolhido?

FG: Eu não tenho, absolutamente. Basta dizer o seguinte: o único relacionamento que tenho hoje, são de 62-63 até 66. Eu tive um ótimo relacionamento dentro do Ministério de Educação. Por colegas que trabalhavam lá, o Remi Gorga e inúmeros outros. A última vez que estive lá, era o Tarso Dutra o ministro, o Remi era o assessor dele, mas nada de maior o relacionamento. A única pessoa que eu conheço hoje dentro do Ministério, que se precisasse de alguma coisa eu ia me dirigir pra' ele, é o Falcão, que é um dos assessores de imprensa do ministro, mas é um conhecimento de colega, de ter viajado junto, fazer o mesmo trabalho jornalístico juntos, mas isso não é um relacionamento que permita uma confiança pra ser escolhido um diretor de Faculdade.

3x4: Geralmente, há uma indicação da Reitoria, da lista sextupla, eles sempre indicam um.

FG: Isso eu desconheço. Pra mim é desconhecido, nunca soube que a Reitoria indicasse alguém.

3x4: Porque, então, a numeração de um a seis?

FG: Porque é uma votação, e é a maneira de proceder a votação. Por exemplo, agora saiu indicado em primeiro lugar na lista pra reitor, o Homero Jobim. Por quê? Porque se faz um primeiro escrutínio, e naquele primeiro escrutínio foi escolhido o fulano, então ele vai em primeiro lugar. Num segundo, escolhido o fulano, então ele vai em segundo. É por ordem de escrutínios. Quer dizer, não há, não pode haver preferencial nenhum.

3x4: Por quem foi formada aqui essa lista?

FG: Pelo Colegiado da Faculdade.
3x4: O Bloco dos professores foi dizendo: bom, o dr. Blásio fica, o professor Guerreiro vai...

FG: Não, eu não sei como é que foi feita essa eleição aqui, eu acho que foi feita da mesma forma, que é a regulamentar.

3x4: E o senhor não foi convida-



Como diretor, Guerreiro, promete ficar na história. Pelo menos do curso.

do anteriormente para entrar na lista? Perguntado se queria ou não?
FG: Perguntaram no momento lá, olha nós vamos botar o teu nome na lista... Nunca imaginei que essa lista fosse gerar pra mim o cargo de diretor.

3x4: O senhor deve saber que será o primeiro diretor de Jornalismo. Nunca houve um diretor de Faculdade de Jornalismo.

FG: Sim, lógico. Antes era a Faculdade de Filosofia, depois Biblioteconomia, é a primeira vez que um jornalista assume a direção da Faculdade.

3x4: Vai ficar na história?

FG: Parece... da Faculdade, pelo menos.

3x4: Sobre o Diretório Acadêmico. O Diretório tem muitos problemas. Um deles, é que não pode abrir à noite, e parece que não tem sala também. Como é que o sr. vê isso, o sr. tem algum plano, ou pelo menos deixar abrir à noite, porque inclusive para falar com o curso de Publicidade, pra fazer carteirinha o pessoal tem que ir em aula... não tem onde se encontrar...

FG: Eu não tenho, quero dizer com toda a franqueza, muitos detalhes, a dona Zenaira me falou sobre uma porção de coisas de administração da faculdade, mas nós não entramos nesse aspecto de diretório, de modo que, eu conheço isso muito superficialmente, como professor aqui dentro, não ainda como viável, como provável, como diretor nomeado no caso. Eu preciso primeiro sentir o que há, pra depois ver o que eu vou fazer. O que eu tenho pensado no Diretório, é mais nessa área que eu já falei anteriormente; agora, acho que isso é demonstração de que há um interesse de que haja condições para o Diretório poder funcionar. Porque, pra ele funcionar em curso, vai ter que funcionar em tudo.

Evasão de alunos

3x4: Uma coisa, se nos não conseguirmos fazer nada nessa Faculdade, continuará tudo igual com relação à evasão de alunos, falta de professores, condições materiais, como é que fica?

FG: Eu sempre fui pessimista, quer

dizer, sempre fui otimista, eu acho que nunca se pode dizer que não vai se conseguir nada, alguma coisa sempre se consegue, afinal de contas esse é um curso que faz parte da Universidade, e ela sempre tem que dar condições para um curso que integra uma faculdade. Eu não sei quem é que vai ser o Reitor, não sei como vê esse curso, mas que eu irei fazer sentir a ele as condições reais existentes no curso e as necessidades que eu vejo no curso, isso irei fazer. Assim como eu faço parte da Comissão de Pais e Mestres da escola de meus filhos e brigo com as direções dessas escolas pra conseguir melhores condições pra os cursos, assim eu vou fazer como se estivesse fazendo pra mim, mas nada posso assegurar. Fracassar eu não vou, pelo menos não pretendo. Não sou derrotista. Vejo no crescimento do País condições de possibilitar, de determinar, inclusive, condições diferentes para este curso.

3x4: Um dos problemas que o sr. vai encontrar em termos de aparelhagem técnica pra a Faculdade, é na cadeira de Televisão. Nós estamos usando ainda o departamento de Telejornalismo, a cadeira de Televisão, da PUC, quando inicialmente se pretendia utilizar a TV Educativa. Isso é muito controverso, por que não se usa TV Educativa, porque se usa só a PUC?

FG: Eu devo dizer que há uma série de assuntos nos quais não estou totalmente integrado, e eu não vejo porque, não estou falando em nada que já esteja delineado, determinado, mas não vejo porque não usar a TV Educativa, que afinal de contas é do Estado, está cedida à PUC por uma operacionalidade da PUC, e eu acho que também poderá ser cedida em grande parte à Universidade, acho até que só enriqueceria a TV Educativa.

3x4: E que seria parte do estágio profissional, não é?

FG: Dentro da TV Educativa, assim como poderia ser dentro da Rádio da Universidade. Naturalmente eu tenho um ótimo relacionamento com D. Zenaira, mas não posso querer que em um único dia ela me ponha a par de tudo... Agora, que isso vai ser motivo de briga, vai.

ESCOLARIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO, A NOVA EDUCAÇÃO PARA O EXCEPCIONAL

Os conceitos sobre a melhor maneira de educar um excepcional têm mudado muito nos últimos anos. Antigamente, conforme explicou Yedda Rieth, que trabalha há 15 anos com excepcionais, o único método conhecido era a tentativa de dar uma escolaridade a estas crianças, ensinando a ler e a escrever. O que acontecia é que muitas delas não conseguiam ser alfabetizadas e outras ainda ficavam estacionadas no início do I Grau. Hoje em dia, porém, a orientação é outra, conforme falou a orientadora educacional: "Se procura atingir agora a escolaridade, mas aliada a uma preparação da parte manual, o que pode levar a uma semi-profissionalização".

Quando a orientação das professoras que atendiam excepcionais visava somente a alfabetização da criança, foi observada, em muitos casos, uma regressão neste aprendizado quando o indivíduo atingia a idade dos 16 ou 18 anos. Outras crianças semi-alfabetizadas não conseguiam desenvolver mais depois de um certo tempo, outras nem alcançavam um grau de escolaridade. Por tudo isto, segundo Yedda Rieth, que atualmente ocupa o cargo de diretora administrativa da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de São Leopoldo, houve uma conscientização dos educadores no sentido da necessidade de um treinamento adequado das aptidões das crianças excepcionais.

Os dois métodos estão inter-relacionados entre si. Conforme explicou a professora, "o treinamento das aptidões do excepcional para a aprendizagem de escolaridade leva a uma coordenação necessária para o trabalho manual, para a semi-profissionalização". (Estas crianças, segundo ela, nunca poderão, no entanto, trabalhar totalmente sozinhas). Ao mesmo tempo o trabalho todo de desenvolvimento manual, irá auxiliar para que haja uma abertura maior para a alfabetização.

O importante nisto tudo, segundo ressaltou Yedda, "é dar um sentido de vida para o excepcional". Para isto é preciso que a família se organize dentro de um plano de vida adequado para este ser. Ele assim poderá desenvolver suas potencialidades, que a escola se encarregará de descobrir, encaminhando-o para a realização pessoal. Apesar de tudo, segundo a orientadora, "sempre resta uma grande parcela da dificuldade de cada um". Embora o método de aprendizado seja o mesmo para todos, cada uma destas crianças vai fazer a sua experiência até o ponto que puder, até o ponto que a família

se organize para auxiliá-lo, contando com a escola para isto.

EXCEPCIONALIDADE

Todo o ser — criança ou adulto — que num dos seus aspectos de crescimento, ou em vários, foge à linha da normalidade, para mais ou para menos, pode ser considerado um excepcional. Para estes indivíduos o atendimento deve ser especial e, principalmente, precoce, pois quanto mais cedo for treinada uma criança excepcional, no atendimento de suas funções de psicomotricidade, maior a possibilidade que ela terá de melhorar sua qualidade de vida.

Há vários tipos de excepcionais que podem ser destacados: o retardado mental, o deficiente físico, o cego, o surdo e o deficiente motor, que possui algum membro lesionado. Ainda há o caso do paralisado cerebral, que também apresenta problema motor, com ou sem retardo mental. (Este excepcional geralmente faz um movimento desorde-

nado ou distorcido). O mongolóide, portador de má formação congênita, a disfunção cerebral mínima (com retardo), o delinqüente, que apresenta desvio de conduta e o epilético, são outros tipos de excepcionalidade.

ATENDIMENTO

A educação especial da criança excepcional visa principalmente desenvolver as aptidões necessárias para levar a uma maturidade psíquica e mental, que permita qualquer aprendizagem. Neste caso, segundo Yedda, tanto é importante a escolaridade, como a continuidade do atendimento através da terapia ocupacional, auxiliada pelos exercícios de psicomotricidade fina (detalhes) e ampla (grandes movimentos).

No atendimento que é feito na APAE de São Leopoldo, a criança precisa atravessar uma série de etapas e exames até que seja caracterizado o seu problema e a terapia adequada. O primeiro deles é a avaliação de visão e audição (pois quase

todos os excepcionais tem dificuldade de fala), e avaliação psicológica (ver se o grau de desenvolvimento psíquico acompanha o desenvolvimento cronológico).

Numa segunda etapa é feita a avaliação por uma professora especializada, com conhecimentos de pedagogia do deficiente, para que seja dado o grau de suas condições de maturidade para início de aprendizagem (testes ABC, ou de figuras geométricas). Neste momento também é medida a atenção dirigida da criança, sua memória e capacidade de comunicação. Logo em seguida a família é entrevistada por uma assistente social que tentará levantar aspectos do nascimento e vida da criança.

Aqui, nesta hora são importantes certos aspectos como a aceitação da gravidez desde o início, a maneira como foi conduzida a gestação, como foi o parto e o relacionamento e aceitação da criança, através de um exame neurológico, a avaliação

dos pais e irmãos. É o momento de levantar o *modus vivendi* da família, para que depois possa ser analisado o grau de excepcionalidade e o tipo de atendimento a ser dado para a criança. Este atendimento, segundo a orientadora, deverá procurar desenvolver as condições fundamentais do excepcional, para que haja uma realização pessoal, "tendo por objetivo não uma competição com o normal, nem alimentar na família a ilusão de levá-lo a normalidade. Mas, principalmente, a capacidade de ser útil e feliz, integrando-o no meio social".

REJEIÇÃO

A rejeição do excepcional pela sua comunidade, porém, é inevitável. E o excepcional, quando atinge a adolescência perceberá esta rejeição, devendo ser auxiliado nesta hora. A APAE procura dar uma orientação à família, trabalhando ao mesmo tempo dentro da comunidade para que esta aceite as limitações do excepcional. Quanto à criança, a orientação é de integrá-la no ambiente de trabalho e estudo entre seus iguais, para que se habituem a conviver entre eles, valorizando também aquilo que ela tem de bom e de útil.

O objetivo deste atendimento ao excepcional, segundo Yedda Rieth, é buscar todos os meios que levem a uma aprendizagem (tanto escolaridade como trabalhos manuais). "Se a gente não consegue levar além de uma alfabetização, intensifica o outro lado. Se não consegue alfabetizar, passamos o aprendizado das coisas mais complexas para as menos complexas". Muitas vezes, quando a criança é alfabetizada até os 14 anos é encaminhada a uma escola normal. Uma orientação que Yedda discute, pois argumenta que um excepcional sempre será um excepcional, não tendo, portanto, condições de competir com um normal. A não ser no caso do cego, que através do método *braille* pode chegar até a uma universidade.

O mongolóide, por exemplo, é uma criança que cresce até mais ou menos 10 a 12 anos de idade cronológica, não podendo realizar durante toda sua vida mais do que uma criança desta idade pode fazer. Mas, segundo a orientadora, "se for treinado adequadamente pode vir a trabalhar numa oficina pedagógica ou protegida. Oficinas deste tipo são mantidas pela Pescal, de Rio Grande, que tem em suas dependências uma oficina adequada às deficiências de seus trabalhadores, mas que nem por isto deixa de funcionar em ritmo industrial.



Excepcional aprende a trabalhar

NA MISÉRIA A MENTE DA CRIANÇA DECRESCCE

Jean Piaget, J. McHunt e Jerome Bruner, psicólogos, defendem um novo posicionamento em relação a criança na idade pré-escolar: elas aprendem os rudimentos de sua bagagem conceitual e posicionamentos futuros nos primeiros quatro anos de vida. E, este seria o período mais importante da vida. Daí, a necessidade de mudança radical no tratamento das crianças.

Quando privada de estímulo intelectual precoce, a criança jamais atingirá excelentes níveis, na sua maturidade. Essa tese, obviamente, beneficia apenas as originadas de famílias de classe média ou rica. Por extensão, todos os menores de quatro anos criados em favelas, ou os pobres, jamais teriam a chance de atingir, pelo menos, um nível de inteligência aceitável.

Benjamin Bloom, conservador pedagogo da Universidade de Harvard, baseado num estudo de mil pesquisas realizadas nos últimos 50 anos chegou a interessantes dados, utilizando gê-

meos idênticos que foram separados ao nascer: o ambiente contribuiu pelo menos com 20 pontos na formação do Quociente de Inteligência. E para Bloom, essa diferença pode significar uma carreira profissional ou uma ocupação de nível semidiferenciado ou indiferenciado completamente.

"O ambiente, continua, exerce pressão total sobre a fase de crescimento mais rápido da criança, exatamente nos seis primeiros anos de vida da criança. E exemplifica: uma dieta de fome não afetaria a altura de uma pessoa de 18 anos, mas praticamente atrofiaria uma de quatro.

Ora, diante de tais conclusões, é claro que estes pedagogos, mesmo o conservador Bloom, propõem sutilmente uma mudança radical na estrutura da sociedade: distribuição equilibrada de rendas e benefícios entre todos os membros da sociedade. Maya Pine, jornalista e pedagoga, classifica estas teses (apenas esboçadas) como subversivas.

Como norte-americana, Pine diz que "essas informações tendem a inquietar as pessoas, apesar da maioria aceitar a idéia de que o caráter das pessoas se forma durante os primeiros anos". Claro que em nenhum momento Pine (como os pedagogos) explora a colocação social verdadeira. Apenas apresenta as necessidades, mas sem forçar a urgência da mudança político-econômica, única maneira de realizar o que as pesquisas revelam: igualdade de informação e conhecimento para todos, não em termos de propaganda, mas de cultura, no sentido mais claro da palavra.

SITUAÇÃO ATUAL

Em crianças de quatro anos, o Jardim de Infância é conhecido apenas por 19 por cento da população infantil (as escolas maternas existem na maioria como empresas particulares,

dificultando o acesso). Assim, sem classes para pelo menos 60 por cento das crianças de cinco anos, o QI médio fica na faixa de 5 a 15 pontos ou "espoliação intelectual". O que, com a entrada posterior na escola — os que conseguem — acaba originando o que Piaget chama "o déficit acumulativo" de conhecimento e formação.

E, a medida que as crianças pobres "sobem" na escala escolar, seu conhecimento decai, a ponto de desestimular, forçando o abandono dos estudos. Consequência: o aumento do hiato entre as classes sociais.

"Espera-se que a criança aprenda numa situação competitiva com outras mais favorecidas, e isso leva a um declínio em sua autoconfiança e em sua auto-imagem. Depois a encarceramos por um período de dez anos, num lugar em que todas as cartas são contra elas. (A Escola Americana, primeiro grau, Benjamin Bloom).

Uma carta da Editora Tabajara, de março deste ano, solicitou aos autores da primeira cartilha gaúcha destinada à alfabetização de adultos — "Ler, estudar, progredir" — autorização para vender os livros como papel velho, "por não encontrar possibilidade alguma de venda normal no mercado".

O livro, editado em 1970, após um atraso de mais de um ano em relação ao estipulado no contrato, foi lançado simultaneamente à implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) no Estado, e não conseguiu furar a barreira criada por publicações das editoras Abril Cultural e Bloch, que em virtude de acordo com o Ministério de Educação e Cultura, são as únicas que podem ser utilizadas pelos alfabetizadores.

A HISTÓRIA

Os autores, na época em que buscavam quem editasse a cartilha, per-

correram várias editoras da capital que se mostraram interessadas mas não se comprometeram a lançar a obra antes da implantação do Mobral. O contrato com a Editora Tabajara foi feito mediante um percentual sobre as vendas menor que o oferecido por outras editoras, mas o livro seria lançado dentro do prazo determinado pelos autores. A Secretaria de Educação e Cultura (SEC), através da Divisão de Educação de Adultos e Adolescentes, comprometeu-se a realizar o trabalho de distribuição.

O lançamento atrasou, e a SEC não pôde cumprir seu compromisso porque o Mobral dominara o mercado com a adoção obrigatória e distribuição gratuita de seus livros. A editora não desenvolveu um trabalho de divulgação suficiente para promover a venda paralela da cartilha, embora ela se adaptasse perfeitamente às classes de alunos adolescentes com problemas de aprendizagem.

DECEPÇÃO

Hoje, embora professores que o conheçam admitam que o livro é qualitativamente superior aos do Mobral, e apesar de muitos alfabetizadores utilizarem-no extra-oficialmente em seu trabalho, a editora dispôs-se a vendê-lo como papel velho, juntamente com o manual do professor e o caderno de exercícios que o acompanham.

— É decepcionante ver que, apesar da carência absoluta de cartilhas eficientes para a alfabetização de adultos, um livro pode ser tratado como papel inútil colado no cesto de uma empresa, diz uma das autoras, coordenadora de um supletivo na capital, que peiteará obter seus "lucros" com a venda em livros que distribuirá às bibliotecas das escolas.

FALHA GERAL

A queima da cartilha — e do es-

forço dos autores — é mais uma consequência do Mobral, que desmontou no Rio Grande do Sul um sistema eficiente de atendimento ao aluno adulto.

O Mobral considera alfabetizado qualquer aluno que leia (embora precariamente) e escreva o próprio nome, e a partir de sua implantação o curso Supletivo passou a atender apenas ao nível correspondente ao antigo ginásio. Este ano, até o mês de maio, ainda não havia sido implantado um sistema que permitisse ao aluno egresso do Mobral obter as mínimas condições necessárias para cursar o Supletivo.

Já com um trimestre do ano letivo perdido, o ex-aluno do Mobral não tem como, nem onde prosseguir seus estudos, e deve satisfazer-se com a possibilidade de ler, precariamente, qualquer coisa como "Buenos Aires é capital do Brasil" — e assinar embaixo.



Plano cultural para o interior

Há quase três anos a Secretaria de Educação e Cultura vem desenvolvendo o Plano de Interiorização Cultural em nosso Estado. O Plano foi elaborado por técnicos do Departamento de Assuntos Culturais, com o objetivo de atuar no plano da Cultura em âmbito estadual.

Este Plano visa à preparação de platéias novas e à criação de hábitos culturais no interior do Estado. Ele é endereçado às platéias jovens que recebem uma orientação específica sobre aquilo que vão ver, tendo então este trabalho um sentido de complementação à atividade feita na escola na área de Comunicação e Expressão.

Os alunos são preparados para assistir a estes espetáculos e depois trabalham sobre o que viram. Desta maneira o espetáculo não se torna uma coisa puramente recreativa, pois se supõe que surja daí alguma sedimentação de informação cultural. Isto porém não significa que o Plano seja fechado e especificamente dirigido à escola. A intenção é que ele seja amplamente divulgado e com uma participação integral de cada comunidade.

"O Plano de Interiorização Cultural tem vários objetivos" — diz Cláudio Heemann, do DAC — "dos quais podemos citar: difusão da cultura, de hábitos culturais, desenvolvimento do mercado de trabalho na área artístico-cultural através do aproveitamento dos artistas locais, incentivo à pro-

dutividade criadora (sabendo que há mercado existe um interesse maior em produzir), preservação do patrimônio cultural do Estado e a formação de uma consciência ecológica. Com estes objetivos o Plano está procurando dar um atendimento total às necessidades culturais dos 232 municípios do Rio Grande do Sul através de teatro, música, dança, cinema, exposições de arte, literatura, palestras e cursos de atualização cultural".

"Os resultados têm sido muito bons" — diz ainda Cláudio Heemann — "e se falarmos em termos de cifras tivemos no ano passado 1.420 realizações culturais em todo o Estado com uma média de quatro apresentações por dia. Certos gêneros, com o teatro e o folclore, são os que tem mais aceitação. A média de assistência dos espetáculos têm sido muito alta, superando sempre a expectativa e lotando os locais de apresentação".

Outra preocupação do Plano de Interiorização Cultural é com as casas de espetáculo do interior do Estado. A maioria dos municípios não possuem condições para acontecimentos artísticos e por isso o DAC tomou a iniciativa de criar uma infra-estrutura neste sentido através da restauração de igrejas e teatros, que são o patrimônio cultural e através do aproveitamento de locais já existentes como auditórios de colégios, salões paroquiais, clubes e ginásios.

UNIVERSIDADE COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

O significado da instituição universitária só se aclara na medida em que esta é situada em determinada realidade sócio-cultural. Assim, por exemplo, a Universidade medieval possuía características que a distinguem da universidade moderna. Esta, por sua vez, difere de país para país, apresentando, em cada caso, diferenças que refletem diferentes contextos.

As relações da instituição universitária com o Estado, com grupos diversos que demandam educação superior, quando adequadamente analisadas, explicam a vinculação entre universidade e realidade sócio-cultural. O ensino universitário constitui um ponto de interação das políticas educacional e profissional do país.

Nas últimas décadas o ensino superior vem sofrendo uma crise cuja causa geradora, apontada por estudiosos do assunto, é a diferença notada entre os sistemas de ensino

existentes e a realidade sócio-cultural vigente.

Ao contrário do rápido desenvolvimento científico e tecnológico, os sistemas escolares revelam-se lentos e tardios em suas mudanças. A crise em questão tanto atinge as universidades do mundo desenvolvido como as do mundo em desenvolvimento.

No caso das escolas brasileiras o que se propõe, segundo o MEC, é uma troca do modelo estrangeiro para um que se integre com a realidade local e com suas necessidades. Propõe também um estímulo à criatividade, não só utilizando a cultura elaborada em países mais desenvolvidos mas criando conhecimentos necessários para a vida do País.

A Universidade assim concebida deverá ser, ao mesmo tempo, objeto e agente de transformação. Por isso foi instaurada no país a reforma universitária — Lei 5.540/68 — a fim de sanar problemas existentes e criar uma universidade mais integrada com a realidade brasileira.

Há muita queixa contra o atual estágio de linguagem do jovem brasileiro, e pretende-se resolver esse problema com a redação no vestibular. Em São Paulo, isso tornou-se uma maratona para 40 professores contratados pela Fundação Carlos Chagas. Cada um recebeu mil provas de composição, para corrigi-las em dez dias. Ou seja, mais de 100 "redações" diárias.

A correção limitou-se a uma leitura superficial e objetiva do trabalho, sem maiores considerações sobre estilo e linguagem. A professora Isolda Paes, experiente na elaboração de provas de vestibular é quem explica:

— Nessa prova de São Paulo, em 1976, foi verificado que mais de 20 mil classificados através da composição poderiam ter obtido suas vagas

com uma prova objetiva de português. Não houve diferença alguma entre os melhores colocados numa e noutra prova, o que demonstra que a composição é muito relativa.

José Alberto Fogaça de Medeiros, professor de português no IPV e comunicador de televisão, acredita que o sistema de "cruzinhas" aplicadas no vestibular é culpado pelos erros de linguagem dos alunos". Suas razões:

— Nessas provas objetivas, o candidato se limita a colocar a cruzinha e não se preocupa em pensar muito.

Isolda Paes leva o problema mais adiante e caracteriza a "democratização" do ensino como causa de problemas no português. Ela acredita que hoje em dia não é mais possível ao professor dar um atendimento

individualizado a cada aluno pois é preciso cumprir um programa didático em pouco tempo, para muito mais gente:

— Não existe mais aquele diálogo em que um professor orienta o aluno quanto a seus erros. A cruzinha é um sistema mais direto.

Fogaça não tem nenhuma esperança na instituição da redação no vestibular. Para ele, se de "fazer" uma composição, sem esforço:

— Serão criadas "fórmulas mágicas" e mecânicas e os candidatos "aprenderão" a fazer uma redação, embora continuem tão "burros" como antes. E pior, ficarão pensando que sabem escrever.

A tentativa de melhorar a linguagem do brasileiro, através da composição no vestibular, também cria suas dúvi-

das para a professora Isolda Paes. "Não dá para dizer que vai ser a solução", explica, "já que o problema tem raízes anteriores":

— Isso vem de muito antes do vestibular, é algo que deve ser resolvido pela escola e pelo professor. Mesmo com a inclusão da redação no vestibular os problemas continuarão a existir.

A redação é algo muito perigoso, segundo Fogaça. Na hora da prova, a competição pode se tornar um instrumento de Poder. Para ele, é difícil saber se o aluno vai escrever bem, se for dado um tema como "Universidade brasileira". Mas Isolda Paes contesta, dizendo que as provas nunca propõem assuntos semelhantes:

— A prova de redação no vestibular é elaborada por um professor de português e normalmen-

te abrange um assunto técnico.

A professora Isolda dá um exemplo: os candidatos podem dissertar sobre algum problema brasileiro, comparando a situação nacional com a de outros países. Neste caso, o vestibulando poderia falar do Mobral ou outro assunto de nossa realidade.

— Mas o problema da redação não é a técnica — explica Fogaça. Isso é fácil de ser ensinado por "fórmulas mágicas". O verdadeiro problema é a falta de informação, de idéias.

Fogaça explica que "quem não tem idéias, não escreve". Por isso o trabalho do professor não é ficar ensinando os truques da redação, algo totalmente falso no seu entender:

— É preciso incentivar o aluno a ler. Por exemplo, os alunos chegam em aula e ouvem o professor pedir que escrevam algo sobre "A minha cidade", mas não possuem elementos de informação. A transmissão de informações aos alunos deve ser feita através do fornecimento de textos que os incentive a pensar, comparando diversas opiniões sobre um mesmo assunto.

O próprio Fogaça explica que isso está se tornando difícil pelas limitações que os professores sofrem. Há uma "castração ideológica", segundo ele, que não permite trazer para a aula alguns textos considerados "contrários ao sistema".

— Há uma limitação de ordem econômica. O aluno não tem dinheiro para comprar livros.



Fechar os cursinhos, salvando o ensino

Vida de professor não é fácil. Ganhando pouco — Cr\$ 20,00 ou Cr\$ 30,00 por aula em escolas particulares — e trabalhando demais, ele não tem tempo para se atualizar e transmitir coisas novas para os alunos. Fogaça acha que a salvação de alguns é o "cursinho" que além de pagar Cr\$ 100,00 por aula — ou mais — ainda tem um ensino sistematizado, o que evita o desgaste. A professora Isolda Paes, com longa experiência didática, tem outra solução para os professores:

— A profissionalização é uma boa saída. Em primeiro lugar o professor poderá acompanhar as modernizações educacionais e em segundo lugar, será mais eficaz junto ao aluno, graças a sua atualização. Esse trabalho de profissionalização já começou a ser desenvolvido pelo Governo, mas não é algo que dê resultados imediatos. É preciso esperar um pouco.

Por enquanto, o "cursinho" está sendo uma boa solução para alguns professores. Apesar de darem aulas para mais de 50 alunos por vez — o que torna o trabalho cansativo — a compensação monetária é grande. Como o cursinho tem a função

específica de preparar o candidato ao vestibular, nada de novo é criado, a não ser a adaptação às novas fórmulas ditadas pela Fundação Carlos Chagas ou o "ensino" da redação. Apesar de dar aulas no IPV, Fogaça tem sua opinião sobre o "cursinho":

— Quero que os cursinhos fechem, como professor, meu sonho é fazer uma escola de alto nível. Assim, se os cursinhos forem fechados, será um favor, pois criaremos uma escola com professores competentes e sem os vícios do ensino atual. Além disso, vamos orientar essa escola para o aluno para o vestibular. Isto vem ao encontro do pensamento da professora Isolda Paes, que analisa o atual estágio de nossa educação como "uma mudança em função de um fenômeno sócio-cultural brasileiro":

— O sistema de cruzinha é resultado de uma série de problemas. O vestibular não foi o único responsável pelo sistema de múltipla escolha ou escolha simples, pois ele já existia antes mesmo do vestibular de 1971, quando o Unificado foi feito pela primeira vez.

Mal desnecessário, traumatizante

Quando chega novembro os lares de vestibulandos se transformam em lugares silenciosos, com televisão em volume baixo, eletrolas desligadas e muitos comprimidos "para a memória". No quarto do futuro universitário, aquela desordem consentida de livros, polígrafos, arquivos, cadernos e folhas de papel. É a neurose do vestibular. O professor Fogaça confessa:

— É um mal desnecessário, por ser elitizante e traumatizante. Quando o vestibular se aproxima, o estudante fica apavorado, pois toda a sua vida é posta em cheque: a vitória representa a afirmação de sua capacidade. Se ele pertence a uma família rica, precisa manter o status, se é da classe média, tem que "subir" na vida. O sujeito que faz o vestibular será rotulado como um fracassado ou um vitorioso, conforme seus resultados.

— O vestibular justifica todos os erros de estrutura educacional, mas, apesar de tudo, acho que o sistema de provas aplicadas é o mais justo. A prova é elaborada cientificamente, e se torna menos elitista, pois é unificada por regiões. Pessoas de diversas classes sociais, mesmo as menos favorecidas culturalmente, são aprovadas por esse método, pois as questões são de nível muito baixo.

A necessidade de não ser derrotado nessa competição de vida ou morte — sucesso ou fracasso — transforma os jovens em verdadeiros neuróticos. As "comemorações" dos aprovados são um bom exemplo desse desreque depois de quase um ano de estudo forçado.

Quem rodar, é um pária; quem entrar na Universidade é um eleito dos deuses — e ganha um carro do pai. Em última análise, é a

nossa sociedade de consumo mostrando sua cara: caçadora, violenta e competitiva. Quem não matar o inimigo, é morto; a lei da selva.

Pelo atual Concurso Vestibular Unificado — CVU — ninguém passa ou roda. As vagas que são preenchidas. O eufemismo é dos funcionários do Coperso, órgão da UFRGS encarregado de aplicar o CVU no Rio Grande do Sul.

Em 1972, seu primeiro ano, se inscreveram no CVU 12.678 candidatos, para entrar na UFRGS ou na Faculdade Católica de Medicina. (2.500 vagas na UFRGS e 88 na Med-Cat.). 11.727 inscritos para 2.680 vagas na UFRGS e Em 1973, o número caiu um pouco, foram 108 na Med-Cat. O aumento de vagas na Católica de Medicina foi feito à revelia do Ministério da Educação e em 1974 elas voltaram a ser 88. A UFRGS, nesse ano, fixou seu número em 2.944 — vagas que perduram até hoje. Nesse ano, houve 11.950 inscritos.

O CVU começou a interessar outras organizações universitárias e em 1975 participaram, além da UFRGS e Med. Cat., a Universidade de Caxias, 1.310 vagas; Bento Gonçalves, 200; Lajeado, 200; Vacaria, 50; e ainda a Academia de Polícia Militar, 80 vagas. Eram 4.872 vagas, das quais 4.792 para universitários. Foram 17.831 inscritos.

A cidade de Bento Gonçalves voltou a fazer suas provas particulares em 1976, e o CVU continuou na UFRGS com 2.944 vagas; Caxias, 1.310; Lajeado, 020; Vacaria, 50; Med-Cat., 88, com um total de 4.592 vagas para universitários, sem contar com as 80 da Academia de Polícia Militar. Nesse ano, houve 20.354 con-